

Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 094/2019 (DFI), assinado em 07 de Agosto de 2019 entre a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e a BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA., na forma abaixo:

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e a BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA., já qualificadas no contrato original ora aditado, neste ato por meio de seus administradores ao final assinados, resolvem celebrar o presente aditivo ao Contrato CEDAE nº 094/2019 (DFI), que tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO PARA A ETA LARANJAL"**, decorrente Do Pregão Eletrônico nº 307/2019, fazendo-o conforme as cláusulas seguintes:

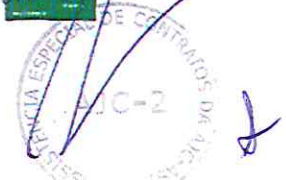
CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme autorização concedida pela Diretoria da CEDAE, em reunião realizada no dia 12 de Agosto de 2020, inserida às fls. 671/672 do Processo nº E-07/100.427/2018 (volume 003), ajusta-se o presente aditivo para promover a prorrogação do prazo de fornecimento do produto químico por novos **90 (noventa) dias**, passando para **13/11/2020** a data final do fornecimento, conforme Parecer da Comissão de Fiscalização às fls. 649, ratificado às fls. 653 pelo Senhor Assessor de Logística Chefe às fls. 653 do processo administrativo referência.

PARÁGRAFO ÚNICO: O cronograma físico financeiro encontra-se inserido às fls. 662 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** deverá revalidar a garantia contratual conforme cláusula décima segunda do contrato, contados do recebimento da via assinada do termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CEDAE** poderá resilir o contrato a qualquer tempo sem ônus para si.

CLÁUSULA QUARTA – À exceção do ora aditado, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original, a fim de produzirem em conjunto um só efeito de direito.





CLÁUSULA QUINTA - Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de sua eficácia, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos ali exigidos.

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente diante de testemunhas.


Rio de Janeiro, 31 de AGOSTO de 2020.

Pela **CEDAE**:



RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO
Diretor-Presidente

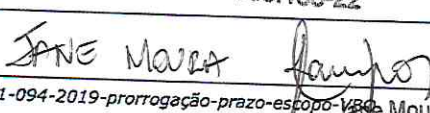

ALBERTO RÉGIS TÁVORA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pelo **CONTRATADA**:


PATRÍCIA MICHELLY DOS SANTOS CASTRO
Procuradora

TESTEMUNHAS:


Marcos de Souza Cruz
RG 46.339.551-X
CPF 224.663.188-22


Jane Moura

Assessora do Diretor da DPR - ADPR-42
CEDAE - Reg. 8-000618-0

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, e AbastecimentoSECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO

ATO DO SECRETÁRIO E DA DIRETORA-PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAPA/EMATER-RIO Nº 04
DE 01 DE SETEMBRO DE 2020DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO
ORÇAMENTÁRIO PARA A EMPRESA DE AS-
SISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMATER-
RIO.

SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO E A DIRETORA-PRESIDENTE DA EMPRESA DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO - EMATER-RIO no uso de suas atribuições legais,
de acordo com a Lei nº 8.731, de 24 de janeiro de 2020 que extina a
Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exer-
cício financeiro de 2020, o Decreto nº 46.931, de 07 de fevereiro de
2020 que Estabelece Normas Complementares de Programação e
Execução Orçamentária, Financeira e Contábil para o exercício de
2020 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe so-
bre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma
a seguir especificada:

I - OBJETO: Transferência de valores que tem como objetivo garantir
a continuidade da execução dos trabalhos de levantamento do do-
mandas, mobilização de produtores, visitas técnicas, elaboração e su-
pervisão de projetos que abrangem as atividades.

II - VIGÊNCIA data de início: 31/08/2020 - término: 30/12/2020

III - DE/Concedente: 130100 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO
UO: 13010 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abas-
tecimento do Rio de Janeiro
UG: 13010 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abas-
tecimento do Rio de Janeiro

IV - PARA/Executante: 135300 - Empresa de Assistência Técnica e
extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO
UO: 135300 - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do
Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO
UG: 135300 - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do
Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO

V - CRÉDITO:

PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FR	VALOR (R\$)
1301.20.122.0002.2016		9300	100 R\$ R\$ 200.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2020

MARCELO QUEIROZ
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e AbastecimentoSTELLA ROMANOS
Diretora-Presidente da EMATER-RIO

Id: 2260307

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.RETIFICAÇÃO
D.O DE 27/09/2020
PÁGINA 14 - 1ª COLUNA

PORTARIA CEASA Nº 072 DE 24 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A
COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
DA FUNARJ/RJ.

Onde se lê:

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A
COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
DA FUNARJ/RJ.

Leia-se:

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A
COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
DA CEASA-RJ.Art. 1º -
Onde se lê:
ARMANDO VENTUROTTO DE ALMEIDA
Leia-se:
ARMANDO VENTUROTTO DE ALMEIDA

Id: 2260309

Secretaria de Estado das Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
SUBSECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

ATO DO SUBSECRETÁRIO

*PORTARIA SECID/SUBINREG Nº 001 DE 27 DE AGOSTO DE
2020INSTITUI COMISSÃO DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO E DESIGNA SEUS MEMBROS
PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2020.

O SUBSECRETÁRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA SECRETARIA
DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que re-
gula a gestão e a fiscalização das contratações da Administração,
altera o Decreto nº 42.301/2010, e dá outras providências;

- o constante do Processo Administrativo Eletrônico nº SEI-
08/002001845/2019, que apresenta a documentação pertinente ao
acompanhamento e fiscalização no âmbito do programa "Agente das
Cidades";

RESOLVE:

Art. 1º - Institui Comissão de Monitoramento e Avaliação, destinada a
monitorar e avaliar a parceria celebrada com a organização da so-
ciedade civil denominada Centro de Pesquisas e de Ação Sociais e
Culturais - C O N T A T O, mediante o termo de colaboração nº

01/2020 que tem como objetivo pesquisa do campo, cadastro social,
gestão de dados, mapeamento da área de atuação, acompanhamento
e fiscalização no âmbito do programa "Agente das Cidades" desen-
volvendo palestras e capacitação sobre saneamento para alunos
da escola pública do Estado do Rio de Janeiro, bem como adultos,
idosos e pessoas com deficiência, documentadas junto ao Processo
Administrativo Eletrônico nº SEI-08/002001845/2019.

Art. 2º - Designar os servidores para compor a comissão de moni-
toramento e avaliação do termo de colaboração no âmbito desta Se-
cretaria conforme dispõe a Lei nº 1319/2014, alterada pela Lei nº
13204/2015.

FISCAIS TITULARES:

FABIO LUIZ DOS SANTOS LIMA - ID Funcional 51024403
NATANAEL PINHEIRO DA CRUZ - ID Funcional 51005135
EDILENE GARCIA MARQUES VIEIRA - ID Funcional 50158929

Art. 3º - Deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Mo-
nitoramento e Avaliação, que tenha mantido relação jurídica, nos úl-
timos 5 (cinco) anos, com a organização da sociedade civil celebrante
ou executante do termo de colaboração.

Parágrafo Único - São consideradas relações jurídicas, entre outras,
as seguintes hipóteses:

I - atuação no monitoramento e na avaliação configure conflito de in-
teresse, nos termos da Lei nº 12.813, de 2013;

II - participação da Comissão de Seleção da parceria;

III - participação como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou
empregado da organização da sociedade civil celebrante ou executan-
te do termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao
qual está vinculado;

IV - prestação de serviços à organização da sociedade civil celebrante
ou executante do termo de colaboração com o órgão ao qual está
vinculado;

V - recebimento de bens e serviços de organização da sociedade civil
celebrante ou executante do termo de colaboração com o órgão ao
qual está vinculado; ou

VI - doação para organização da sociedade civil celebrante ou exe-
cutante do termo de colaboração com o órgão ao qual está vincula-
do.

Art. 4º - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter pre-
ventivo e sanador, para apoiar a boa e regular gestão dos parcerias,
devendo o termo de colaboração ou termo de fomento prever proce-
dimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto, a
serem realizados pelo órgão ou entidade pública, incluindo, entre ou-
tros mecanismos, visitas in loco e, quando necessário, pesquisa de
satisfação.

§ 1º - As ações de que trata o caput contemplarão a análise das in-
formações acerca do processamento da parceria constantes da pla-
taforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta à movimentação
da conta bancária específica da parceria, além da verificação,
análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacio-
nadas à parceria.

§ 2º - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar fer-
ramentas tecnológicas de verificação do alcance dos resultados, inclui-
das as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de
tecnologia de informação.

Art. 5º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar
assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse
colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Art. 6º - São obrigações da Comissão de Monitoramento e Avalia-
ção:

I - adotar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas com
as organizações da sociedade civil, podendo utilizar-se de mecanis-
mos como visitas in loco, apoio técnico de terceiros ou parcerias em
órgãos e entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos
recursos;

II - avaliar e homologar o Relatório Técnico de Monitoramento e Avalia-
ção, elaborado pelo Gestor da parceria;

III - aprimorar procedimentos;

IV - unificar entendimentos;

V - solucionar controvérsias;

VI - padronizar objetos, custos e indicadores;

VII - informar ao Conselho Deliberativo do Programa Agente das Ci-
dades sobre suas atividades;

VIII - fomentar o controle de resultados.

Art. 7º - A participação na Comissão de Monitoramento e Avaliação
será considerada prestação de serviços relevante e não remunerada.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2020

BERNARDO DE ALMEIDA RODRIGUES CARDOSO

Subsecretário Integração Regional
*Omitido no D.O de 28.08.2020.

Id: 2260294

Gabinete de Segurança Institucional do Governo

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO

ATO DOS SECRETÁRIOS E DA SUBSECRETARIA INTERINA

RESOLUÇÃO CONJUNTA/GSI/SECC Nº 018
DE 27 DE AGOSTO DE 2020DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO
ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ES-
PECIFICADA.

O SECRETÁRIO EVENTUAL DE ESTADO DO GABINETE DE SE-
GURANÇA INSTITUCIONAL, ARISTEU LEONARDO TAVARES, O
SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, ANDRÉ LUIS DANTAS
FERREIRA E A SUBSECRETARIA INTERINA DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, ANA LUI-
ZA GOMES DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, 210600 -
Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institucional, de acor-
do com a Lei nº 8.731, de 24 de janeiro de 2020, que extina a Re-
ceita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exer-
cício financeiro de 2020, com o Decreto nº 46.931, de 07 de fevereiro de
2020, que estabelece Normas Complementares de Programação e
Execução Orçamentária Financeira e Contábil para o Exercício de
2020, o Decreto nº 46.550, de 01 de janeiro de 2019, que Estabelece
Diretrizes da Política de Comunicação Social e o Decreto nº 42.436,
de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Exe-
cução de Créditos Orçamentários, conforme Processo Administrativo
nº SEI-3900011000346/2020;

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma
a seguir especificada:

I - OBJETO

Publicação de Matéria Legal de interesse do órgão.

II - VIGÊNCIA: Esta Resolução terá vigência de 01/09/2020 até
31/12/2020.

III - DE/Concedente: 06010 - Gabinete de Segurança Institucional

UO: 06020 - Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institu-
cional

UG: 210600 - Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institu-
cional

IV - PARA/Executante: 1400 - Secretaria de Estado da Casa Civil
UO: 14020 - Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de
Estado da Casa Civil - SSSC
UG: 390200 - Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria da
Secretaria de Estado da Casa Civil - SSSC

V - CRÉDITO:

PT: 06020.06.122.0002.2010
Natureza da Despesa: 3.3.90.00
Fonte: 100
Valor: R\$ 5.000 (cinco mil reais)

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta
o art. 10 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 4º
da Instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, no
prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência
desta Resolução, bem como apresentar à Concedente cópia, junto
com a Prestação de Contas.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito
no SIAFE-RIO em favor do exequente sem o adimplemento da obri-
gação constante do caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,
com efeitos a contar de 01 de setembro de 2020, revogando as dis-
posições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2020

ARISTEU LEONARDO TAVARES
Secretário Eventual de Estado do Gabinete de Segurança Institu-
cionalANDRÉ LUIS DANTAS FERREIRA
Secretário de Estado da Casa CivilANA LUIZA GOMES DA SILVA
Subsecretaria de Comunicação Social Interina

Id: 2260377

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃODESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 02.09.2020

PROCESSO Nº SEI-140001/057977/2020 - Requerente: CLÁUDIO
DOS SANTOS NOBRE - CPF 964.018.857-34 - Falecido: WALTER
DE OLIVEIRA NOBRE. Louvada na manifestação da Gerência de Re-
cursos Humanos, DEFIRO o pagamento de Auxílio Funeral.

Id: 2260403

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado da Casa Civil

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 01 ao Contrato CEADAE nº 094/2019 (DFI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-
DAE - e a BAUMINAS QUÍMICA N.NE LTDA.
OBJETO: "prorrogação do prazo contratual".
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR TOTAL: SEM ALTERAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2020.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.427/2018 (Pregão Eletrônico -
PE nº 307/2019).

Id: 2260378

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROTOCOLO

AVISO

Distribui-se à 4ª Câmara do Conselho de Contribuintes o recurso nº
76447, referente ao Processo Administrativo nº E-04/040/699/2016 - D
G M ELETRO MÓVEIS LTDA, por conexão ao recurso nº 76242, re-
ferente ao Processo Administrativo nº E-04/040/896/2016.

Id: 2260276

Secretaria de Estado de Saúde

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO VITAL BRAZIL
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DO INSTITUTO VITAL BRAZIL, torna pú-
blico, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Es-
tadual nº 31.864, de 16/09/2002 e subsidiariamente, à Lei nº
13.303/16 e Decreto nº 10.024/19, o seguinte:

Adia-se, a abertura da Sessão do Pregão Eletrônico SRP nº
002/2020, Processo Administrativo nº E-08/005/0055/2019, cujo objeto
é a aquisição de Material de EPI, em cumprimento ao estabelecido
pelo Decreto nº 47.242 de 31/08/2020, estamos adiando a abertura
do Certame para o próximo dia 21 de setembro de 2020 às 9 (no-
ve) horas.

Id: 2260373

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

A FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, torna
pública a convocação do candidato abaixo:

Em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo
nº 0019420- 67.2013.8.19.0054, convocamos a Sra. ANA PAULA
DE MENDONÇA CANDIDO MANHÃES, concorrente ao emprego:
Técnico de Enfermagem - enfermagem - Classificação: 1165 AC,
para comparecer na sede da Fundação Saúde, situada a Av. Padre
Leonel Franca nº 248, 1º andar - Góvea-RJ, no dia 04/09/2020, às
10:00h para procedimentos iniciais de admissão, conforme teor da
citada decisão.

Id: 2260292